

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Grupo Société Générale Brasil

TABLE OF CONTENTS

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. OBJETIVO.....	2
3. ESCOPO	2
4. PADRÕES E INICIATIVAS	2
5. LEGISLAÇÃO.....	3
6. POLÍTICAS TRANSETORIAIS E POLÍTICAS SETORIAIS.....	4
7. GOVERNANÇA	4
1.1. Coleta de perdas associadas ao Risco Socioambiental.....	5
1.2. Aprovação de Novos Produtos	5
8. GERENCIAMENTO DO RISCO SOCIOAMBIENTAL.....	5
1.3. Controle dos indicadores de risco	6
9. DISPOSIÇÕES FINAIS	6

1. INTRODUÇÃO

O Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil (“CSGB”), considera que o setor bancário e financeiro é um contribuinte essencial para o desenvolvimento econ mico. Com total consciência de seu papel no auxílio à esfera econ mica, o CSGB está também comprometido com a condução de suas atividades de modo responsável, considerando as consequências e impactos econ micos, ambientais e sociais de suas atividades.

O CSGB tem como premissa seguir sempre as melhores práticas de mercado e os requerimentos regulatórios para promover o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de melhor compreender, gerir e aprimorar os impactos das suas atividades de negócios na sociedade e no meio ambiente, a fim de zelar pela imagem e reputação perante nossos clientes, parceiros e fornecedores.

2. OBJETIVO

Esta Política visa estabelecer as diretrizes e processos para identificar, mensurar, controlar e mitigar o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades de negócios do CSGB, de acordo com as Políticas internas do SG e em cumprimento a Res. CMN 4.327/14.

3. ESCOPO

Esta Política se aplica a todos os serviços bancários e financeiros oferecidos pelas entidades do Conglomerado do Société Générale Brasil (“CSGB”): Banco Société Générale Brasil S.A. (“BSGB”) e Société Générale Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil (“SGEF”).

O processo de identificação do risco socioambiental é realizado durante a diligência de KYC (“Know Your Client”), entretanto, os procedimentos são distintos entre as entidades do Conglomerado.

Esta Política descreve o procedimento de identificação, mensuração, monitoramento e controle aplicado no BSGB como instituição líder do Conglomerado. Os processos específicos da SGEF, seguem as diretrizes da Política de Risco Socioambiental e Manual de Procedimentos próprios da Instituição, seguindo as diretrizes internas do Grupo SG.

4. PADRÕES E INICIATIVAS

O Société Générale cumpre os requisitos legais e as regulações ambientais e sociais em v gor nos países em que opera, e com as convenções e acordos internacionais pertinentes.

O Société Générale também endossa e respeita os valores e princípios contidos nos seguintes documentos referenciais:

- A Declaração Universal dos Direitos Humanos e pactos relacionados (a saber, o Pacto Internacional sobre Direitos C vils e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econ micos, Sociais e Culturais);
- As principais Convenções da Organização Internacional do Trabalho;

- A Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial da UNESCO;
- As Diretrizes para Empresas Multinacionais da OCDE.

Além disso, o SG adotou e apoia as seguintes iniciativas de melhores práticas voluntárias:

- a Iniciativa Financeira da UNEP;
- o Pacto Global da ONU;
- os Princípios do Equador.

Obrigações legais e regulatórias e a adoção dos padrões e iniciativas acima implicam no fato de que o Société Générale não financia conscientemente transações ligadas a certos bens e serviços, conforme descrito nas Políticas Internas.

5. LEGISLAÇÃO

Principais Leis relacionadas às questões relativas ao meio ambiente:

- **Lei 9.605/1998:** Lei dos Crimes Ambientais, que reordena a legislação ambiental quanto às infrações e punições. Concede à sociedade, aos órgãos ambientais e ao Ministério Público mecanismo para punir os infratores do meio ambiente. Destaca-se por exemplo, a possibilidade de penalização das pessoas jurídicas no caso de ocorrência de crimes ambientais.
- **Lei 12.305/2010:** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e altera a Lei 9.605/98. Estabelece diretrizes   gestão integrada e ao gerenciamento ambiental adequado dos resíduos sólidos. Propõe regras para o cumprimento de seus objetivos em amplitude nacional e interpreta a responsabilidade como compartilhada entre governo, empresas e sociedade. Na prática, define que todo resíduo deverá ser processado apropriadamente antes da destinação final e que o infrator está sujeito a penas passivas, inclusive, de prisão.
- **Lei 11.445/2007:** Estabelece a Política Nacional de Saneamento Básico. Versa sobre todos os setores do saneamento (drenagem urbana, abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos).
- **Lei 9.985/2000:** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Entre seus objetivos estão a conservação de variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos, a preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais e a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais.
- **Lei 6.766/1979:** Lei do Parcelamento do Solo Urbano. Estabelece regras para loteamentos urbanos, proibidos em áreas de preservação ecológicas, naquelas onde a poluição representa perigo   saúde e em terrenos alagadiços.
- **Lei 6.938/1981:** Institui a Política e o Sistema Nacional do Meio Ambiente. Estipula e define, por exemplo, que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independente da culpa, e que o Ministério Público pode propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, como a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados.
- **Lei 7.347/1985:** Lei da Ação Civil Pública. Trata da ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrim nio artístico, turístico ou paisagístico, de responsabilidade do Ministério Público Brasileiro.

- **Lei 9.433/1997:** Lei de Recursos Hídricos. Institui a Política e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos - Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico. Prevê também a criação do Sistema Nacional para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.
- **Lei nº 11284/2006:** Lei de Gestão de Florestas Públicas. Normatiza o sistema de gestão florestal em áreas públicas e com a criação do órgão regulador (Serviço Florestal Brasileiro) e do Fundo de Desenvolvimento Florestal.
- **Lei 12.651/2012:** Novo Código Florestal Brasileiro. Revoga o Código Florestal Brasileiro de 1965 e define que a proteção do meio ambiente natural é obrigação do proprietário mediante a manutenção de espaços protegidos de propriedade privada, divididos entre Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).
- **Lei 10.165/2000:** dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.
 - O Anexo VIII, descreve as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, as quais estão descritas no Anexo II desta Política.

É importante destacar que as leis enumeradas são apenas parte do Direito Ambiental do País, que ainda possui inúmeras outras matérias, como decretos, resoluções e atos normativos.

Há também regulamentações de órgãos comprometidos para que as leis sejam cumpridas, como é o caso do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e do Ministério do Meio Ambiente.

6. POLÍTICAS TRANSETORIAIS E POLÍTICAS SETORIAIS

As Políticas Transetoriais e Setoriais do SG definem os padrões específicos que o Société Générale aplica às questões ambientais e sociais comuns a vários setores (tais como biodiversidade), e a setores considerados sensíveis, tais como: Mineração, Setor da Defesa, Energia Proveniente do Carvão, Óleo e Gás, Transporte Marítimo de Mercadorias, Óleo de Palma, Biodiversidade, Barragens e Hidroelétricas, Florestal e Produtos Florestais, Energia Nuclear Civil, Energia Térmica, Energia Renovável, Combustíveis Líquidos e Gasosos, Agricultura, Pesca e Alimentos. Todas são baseadas nas melhores práticas internacionais. As diretrizes gerais bem como as Políticas Transetoriais e Setoriais, estão disponíveis no website do Société Générale (www.societegenerale.com).

7. GOVERNANÇA

A estrutura de governança do risco socioambiental foi implantada no CSGB de acordo com o porte, natureza e complexidade dos negócios e produtos oferecidos aos clientes. As atividades e processos relacionados seguem as diretrizes internas do SG e os requerimentos regulatórios publicados pelo Banco Central do Brasil. Os processos relacionados ao gerenciamento do risco socioambiental são de responsabilidade da área de Compliance, dentro do escopo do risco reputacional e devem seguir as diretrizes da Política de Gestão Integrada dos Riscos (nos termos da Res.4.557/17), como um componente das diversas modalidades de risco a que o CSGB está exposto, no âmbito de suas atividades de negócios.

O Diretor de Risco Socioambiental designado nos termos da Res.4.327/14, é responsável por monitorar sistematicamente o cumprimento das diretrizes estabelecidas nesta Política, bem como por verificar a adequação do gerenciamento do risco, avaliar a efetividade das ações implantadas e identificar eventuais deficiências.

1.1. Coleta de perdas associadas ao Risco Socioambiental

Todos os eventos com impacto financeiro relacionados a operações de financiamento causados por danos socioambientais, deverão ser reportados pelas áreas responsáveis para RMO (Risk Management and Oversight), seguindo as diretrizes estabelecidas na Política de Risco Operacional e deverão ser incluídos na base de dados de perdas operacionais do CSGB.

Todos os eventos com impacto financeiro >20K EUR incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação e planos de ação mitigadores, deverão ser registrados no sistema global T2EOREM, para coleta de dados pela Matriz.

1.2. Aprovação de Novos Produtos

O risco socioambiental deverá ser analisado durante o processo de aprovação de novos produtos (NPC – New Products Committee), para verificação de eventuais impactos socioambientais negativos relacionados a modalidade do produto apresentado. Esta análise é realizada pela área de Compliance, juntamente com a análise do risco reputacional.

8. GERENCIAMENTO DO RISCO SOCIOAMBIENTAL

A identificação e análise do risco socioambiental é realizada durante o processo de diligência de KYC (“Know Your Client”), tanto para engajamento de novos clientes como para revisões periódicas.

A análise qualitativa do risco reputacional inclui o risco socioambiental, ou seja, a identificação do grau de exposição ao risco socioambiental das atividades dos clientes dentro dos seus setores de atuação, e o tipo de operação financeira negociada com o CSGB, a partir dos setores e atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, conforme descrito no Anexo II, de acordo com a Lei 10.965/2000.

Este processo inclui também a observância às questões relacionadas aos problemas ambientais do Brasil, conforme exemplos abaixo:

- Trabalho análogo ao escravo/ mão de obra infantil
- Queimadas
- Desmatamentos
- Assoreamento dos cursos dos rios pelo acúmulo de sedimentos
- Poluição da água e contaminação
- Poluição do solo
- Poluição atmosférica
- Invasão de terras indígenas
- Lixo eletrônico

O processo de KYC (“Know Your Client”), consiste em um conjunto de pesquisas para identificação dos riscos reputacionais, incluindo PLD, Sanções e Embargos, identificação de PEPs etc. para todos os clientes, independentemente do setor de atividade, seguindo as diretrizes internas do Grupo SG.

De forma conservadora, as pesquisas são realizadas para todos os seguimentos de empresas corporativas, excluindo-se Instituições Financeiras, pois não fazem parte deste escopo.

Quaisquer notícias negativas são submetidas para análise de Compliance.

1.3. Controle dos indicadores de risco

Os indicadores do risco socioambiental são monitorados regularmente, de acordo com as métricas estabelecidas na Declaração de Apetite aos Riscos (Risk Appetite Statement) do CSGB e apresentados para a Diretoria mensalmente.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os conceitos de sustentabilidade social e ambiental introduzidos nesta Política serão disseminados para todos os colaboradores do Conglomerado do Societé Générale Brasil, e para o público em geral no site da Instituição (www.societegeneralebrasil.com.br), para que todos tenham ciência da importância do tema, que é parte integrante do Código de Conduta do SG a nível global.

As linhas de negócios e as funções de suporte do CSGB, devem cumprir as diretrizes estabelecidas nesta Política e adequar seus procedimentos e controles internos para assegurar a efetividade das atividades relacionadas ao gerenciamento do Risco Socioambiental de forma integrada.

Esta Política será revisada, no mínimo, anualmente, e submetida para aprovação da Diretoria em Comitê específico, a fim de assegurar a adequação do gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado.